

## **Jornalismo e Cidadania: O Movimento Passe Livre nas páginas da Folha de S. Paulo<sup>1</sup>**

Jordânia BISPO<sup>2</sup>  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO

### **Resumo**

Com o objetivo de compreender como a mídia tradicional se comportou na cobertura de eventos organizados por Movimentos Sociais Antiglobalização, este trabalho analisa as matérias publicadas no caderno “Cotidiano” do jornal Folha de S. Paulo, durante o primeiro mês da onda de protestos ocorrida em 2013, com foco no Movimento Passe Livre (MPL). Para tanto, nos valem de uma combinação entre Análise de Conteúdo (AC) e enquadramentos interpretativos, noticiosos e valência de matérias jornalísticas. Ao término do processo de análise vamos perceber que a cobertura feita pelo veículo serviu bem menos a Cidadania do que poderia e serão evidenciados elementos que foram utilizados na construção de uma imagem negativa do Movimento Social em questão.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Cidadania; Folha de São Paulo; MPL; Manifestações de Junho de 2013.

### **Introdução**

O ano de 2013 não foi comum para o Brasil. Foi um ano que, antes de mais nada, antecedia as eleições presidenciais e a Copa do Mundo de Futebol que seria realizada no País, além de receber grandes eventos como a visita do líder religioso Papa Francisco e a Copa das Confederações. Tais momentos já eram aguardados pela população, inclusive com ansiedade. O que ninguém esperava é que no meio de acontecimentos tão grandes, a nação brasileira iria para as ruas protestar.

A tomada de decisão da população foi tão inesperada, nesse sentido, que até pesquisadores de movimentos sociais se surpreenderam com o acontecimento. O “Gigante”, referido no hino nacional brasileiro, resolveu se levantar e ir à luta. O curioso é que no primeiro momento o motivo não foi a corrupção, nem a PEC 37 e nem tampouco saúde, educação e segurança. Os primeiros atos de protesto e que acabaram sendo o estopim para

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela PUC Goiás, email: [jordania.jobis@gmail.com](mailto:jordania.jobis@gmail.com)

uma onda de manifestações foi devido ao aumento da passagem do transporte coletivo de algumas capitais brasileiras.

Um fator interessante que aconteceu justamente nesta primeira etapa, foi a questão da organização dos atos de protesto. Diferentemente dos movimentos sociais do final do século passado, esses atos não contaram com assembleias, informativos em rádios e nenhuma outra ferramenta nesse sentido, mas sim, com as redes sociais. O movimento que estava por trás dessa mobilização nesse primeiro momento era o Movimento Passe Livre (MPL).

Movimento que até então era pouco expressivo, nacionalmente falando, conseguiu mobilizar pessoas em diversas cidades brasileiras ao mesmo tempo. E essa é apenas uma de suas características que o diferencia dos movimentos sociais tradicionais. Esse é um movimento antiglobalização, que, entre outros aspectos, contesta a ordem mundial vigente, que para eles é pautada pelo capitalismo e pela exclusão.

Outra variável importante nesse debate é o jornalismo. Esse que se reveste de credibilidade e, que tem como uma de suas funções conectar o cidadão ao resto do mundo foi elemento contestado em determinados momentos e circunstâncias, mas ao mesmo tempo, campo e ferramenta muito importante durante as “Manifestações de Junho de 2013”.

A sociedade foi às ruas protestar e o jornalismo acompanhar para noticiar. Se de um lado considerarmos que o MPL, mobilizador dos primeiros atos, entende que o jornalismo feito pela mídia tradicional é uma ferramenta de manutenção da ordem vigente, e do outro, checarmos as notícias que foram veiculadas sobre agressão a determinados profissionais de imprensa, vamos perceber que essa relação não se deu de forma tão amistosa assim.

Desse modo, o presente artigo traz como questão central a seguinte pergunta: até que ponto a mídia tradicional pôde contribuir para a construção e reafirmação da Cidadania durante manifestações organizadas por Movimentos Sociais Antiglobalização?

### **Cidadania e Jornalismo: Relação frágil, porém, indispensável**

A relação existente entre a Cidadania e o Jornalismo não é uma novidade dos últimos séculos. Podemos, inclusive, observar a história de todos os países e perceber que

esta ligação foi e é muito importante como ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática. Para este artigo, nos interessa discutir esta ligação logo de início porque é necessário que entendamos este vínculo com maior precisão para que nossa análise seja mais profunda.

Quando falamos em Cidadania, a articulação feita entre Pinsky e Pinsky (2005) e Duriguetto (2007), torna-se apropriada para este debate já que ambos os trabalhos abordam não só a conceituação deste termo e a figura do cidadão, como também a relação com os Movimentos Sociais, suas formas de organização e conquistas.

Para Pinsky e Pinsky (2005), Cidadania é a possibilidade de ter direitos, ou seja, é ter acesso assegurado à vida, à liberdade, à igualdade perante as normas legais, além de poder participar do destino da sociedade votando e sendo votado. Os autores ainda ressaltam que o indivíduo que recebe o título de cidadão hoje em dia é um ser humano que tem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, ao voto, à saúde, entre outras garantias civis, políticas e sociais.

Duriguetto (2007) concorda com os autores, mas vai além, colocando os MS como um elemento extremamente ligado à garantia da Cidadania. A autora destaca que as iniciativas dos Movimentos Sociais são voltadas para a busca de novos valores e ações políticas, procurando ampliar a discussão na esfera pública, de forma que haja uma participação plural, alcançando ou mesmo sustentando a cidadania.

A outra variável que nos interessa conceituar neste tópico de discussão é o Jornalismo. Para chegar a um entendimento satisfatório nesse sentido, é interessante trazer as contribuições de Traquina (2005) e Marcondes (2002). Dessa forma, objetiva-se aqui entender o conceito do Jornalismo, mas também perceber suas potencialidades e o peso de sua atuação na construção e reafirmação da Cidadania, além de apresentar as fragilidades desta relação.

Traquina (2005) apresenta o Jornalismo como um campo social, que tem suas próprias configurações. O autor se embasa nas noções de “campo” propostas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para este último, todo campo simbólico possui jogadores, no caso do jornalismo, agentes sociais que querem mobilizar este campo em prol de suas estratégias de comunicação; um prêmio a ser disputado, a notícia; e um grupo especializado, os jornalistas. Ele enfatiza que esse campo tem alguns pólos, dentre eles o ideológico (ligado aos ideais dos profissionais da área) e o econômico (relacionado à lógica que diz que as

empresas precisam ‘vender’ informação e, para isso, estão dispostas a fazer esforços pelo dinheiro).

Enquanto para Marcondes (2002, p. 9), o jornalismo é “a síntese do espírito moderno: a razão (‘a verdade’, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo das espécies”.

Tanto no conceito de Traquina quanto no de Marcondes há a tradução de uma das importantes funções do jornalismo: a de contribuir com o desenvolvimento e manutenção da sociedade. Percebemos então, que o jornalismo trabalha com a verdade, a serviço do espaço social, além de ser um terreno ideal para o debate e para auxiliar o cidadão no processo de tomada de decisão.

Este é o principal ponto que aqui nos interessa: o Jornalismo como um campo que pode ser útil para a garantia e reafirmação de direitos. De um lado sabemos deste potencial de dar visibilidade a questões pertinentes ao bem-estar social e, do outro, também precisamos ter a noção clara de que ele, por estar ancorado em veículos de comunicação, ou seja, empresas, também apresenta suas fragilidades, sejam elas operacionais, econômicas e/ou ideológicas.

Uma vez tendo clara esta ligação e suas fragilidades, podemos seguir, entendendo que no geral, os pontos aqui apresentados não inviabilizam, bem como não inviabilizaram até aqui, a existência de bons frutos da relação do relação entre a Cidadania e o Jornalismo. O mais importante é perceber que esta é uma parceria complexa, mas ainda sim, imprescindível.

### **O Movimento Passe Livre e a Folha de S. Paulo nas Manifestações de Junho de 2013**

No mês de junho de 2013, o Brasil viu surgir uma movimentação que se iniciou pequena e pontual, e que acabou se transformando em um dos momentos históricos recentes mais importantes para a nação. As chamadas “Manifestações de Junho de 2013” reativaram o espírito de luta do brasileiro e trouxeram ao centro do debate problemas sociais que demandavam resoluções imediatas.

As manifestações populares realizadas em ruas, praças e avenidas só foram vistas de forma parecida na história brasileira em apenas outros quatro momentos: 1) com as greves

pré-golpe militar (1960); 2) com as passeatas estudantis (1968); 3) com o Movimento Diretas Já (1983 – 1984), no final do regime militar; 4) com impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1992).

Inicialmente, podemos dizer que tudo começou com o aumento no preço da passagem do transporte coletivo de algumas capitais brasileiras. A iniciativa das empresas, que disponibilizavam o serviço para a população, de subir o valor da tarifa causou indignação na comunidade, que se uniu para manifestar sua aversão à proposta. Encabeçado pelo Movimento Passe Livre (MPL), o cidadão foi às ruas com faixas, cartazes e a vontade de “segurar” um valor, que por consenso, já era considerado injusto.

Para entender melhor esse movimento que desempenhou papel mobilizador, o MPL, é preciso retornar à linha de raciocínio da pesquisadora Maria da Glória Gohn, quando a autora discute os MS Antiglobalização. De acordo com Gohn (2003), esse tipo de movimento que funciona em redes sem fronteiras geopolíticas e que contesta a forma com que a globalização se processa. Eles são contra a parcela da sociedade que legitima uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, que acaba por criar distâncias significativas entre ricos e pobres, incluídos e excluídos.

Em um primeiro momento, o movimento aparenta ser focado na questão do valor da tarifa e do passe livre para a população, mas a causa maior que está em cheque é o direito de ir e vir. A problemática central está principalmente na mobilidade urbana, aspecto que torna o MPL um Movimento Social Antiglobalização, já que esta é uma demanda que é pauta para grupos em várias partes do mundo.

Em termos de história, vale ressaltar que o MPL surgiu nesse berço ideológico cercado de reflexões e discussões sobre os efeitos da globalização, porém, vinculado a dois atos de protesto específicos: a Revolta do Buzu, que aconteceu em 2003, em Salvador, e a Revolta da Catraca, em Florianópolis, no ano de 2004 (GOHN, 2013).

O grupo se define como um movimento horizontal, independente, apartidário e autônomo, não possuindo vínculos, inclusive, com ONGs, instituições religiosas, financeiras e outras do gênero. Ele foi oficializado em 2005, durante o Fórum Social Mundial (FSM), que é um espaço de debate, em que há entre outras ações, a formulação de propostas e articulação de Movimentos Sociais, redes, ONGs ou qualquer outra organização da Sociedade Civil que conteste a lógica capitalista proposta pelo

fenômeno da globalização. Nos primeiros meses de manifestações este foi um movimento que desempenhou importante papel na organização dos atos de protestos.

Em paralelo a todos estes acontecimentos estavam os veículos de comunicação, que tentavam dar seus enquadramentos acerca dos fatos ocorridos. Neste momento, salientamos o jornal impresso Folha de S. Paulo, que assim como outras empresas jornalísticas tidas como “tradicionais”, protagonizou situações de conflitos com os manifestantes, e mesmo assim, desenvolveu cobertura intensa dos atos de rua.

A Folha de São Paulo é hoje o maior jornal impresso brasileiro, em termos de tiragem e circulação. Segundo dados auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), o veículo possui uma média 297.927 exemplares vendidos em dias úteis, sendo distribuído em todos os estados do País. O veículo é atualmente organizado em nove cadernos, que funcionam como editorias. O primeiro e mais importante é o “Poder”, onde a Folha destina espaço para fatos e análises da vida política, institucional e aos movimentos sociais brasileiros. Neste espaço ela se compromete expressamente, por meio de informações editoriais no site, a oferecer ao leitor notícias pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua Cidadania.

Em suas publicações diárias o veículo também conta com o caderno “Cotidiano”, que oferece ao leitor informações úteis ao seu dia a dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor, além de trazer os acontecimentos mais importantes das principais capitais do País; “Mundo”, que cobre as notícias internacionais com análises e enfoques didáticos; “Mercado”, com alvo na conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios; “Ciência + Saúde”, com as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes nas áreas científica e médica no Brasil e no mundo; “Folha Corrida”, que traz diariamente resumos de notícias, extratos de colunistas, dicas práticas e curiosidades, publicadas em todos os cadernos da Folha; “Esporte”, que faz uma abordagem como espetáculo, mas também como fenômeno empresarial; e, por fim, “Ilustrada”, que traz informações sobre cultura e entretenimento.

## **O método**

Com o objetivo de compreender até que ponto a mídia tradicional pôde contribuir para a construção e reafirmação da Cidadania durante manifestações organizadas por

Movimentos Sociais Antiglobalização, utilizamos dois métodos de pesquisa. Em um primeiro momento contamos com a organização da Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (1977) e, em seguida, com as categorias “enquadramentos noticiosos”, “enquadramentos interpretativos” e “valências” de Porto (2001 e 2002).

### **Análise I**

Realizamos inicialmente uma pesquisa exploratória como propõe Bardin (1977) e, em seguida, elencamos as categorias que seriam utilizadas nos próximos passos. Optamos pela Análise de Conteúdo por Milhas, onde as categorias seriam estabelecidas no final do processo, de acordo com os elementos salientados neste primeiro momento de observação do *corpus*.

A pesquisa exploratória foi feita na seção “Acervo Folha”, que é um espaço no site da Folha de S. Paulo em que estão disponíveis todas as edições do jornal impresso. Nesse momento, percebemos que o veículo realizou uma cobertura das manifestações muito mais intensa no primeiro mês dos protestos, ou seja, junho, e que contrariamente ao que esperávamos, as principais reportagens sobre os protestos se encontravam no caderno “Cotidiano” e não no “Poder”. Esta foi uma primeira surpresa já que o espaço onde o veículo se compromete com o leitor em sua linha editorial a apresentar fatos, análises e notícias pluralistas sobre Movimentos Sociais para que ele possa exercer sua Cidadania seria no “Poder”, e não no “Cotidiano”.

Dessa forma, optamos por selecionar as matérias jornalísticas publicadas no mês de junho de 2013, veiculadas no caderno “Cotidiano” da Folha de S. Paulo. Ao todo, foram escolhidas 64 reportagens e sete categorias de análise. As categorias formuladas foram: “Matéria de Capa”, com a finalidade de perceber se o MPL recebeu espaço na capa do jornal Folha de S. Paulo; “Elementos Gráficos”, com o intuito de averiguar se esses recursos desempenharam alguma função além de informar; “Temas Abordados”, buscando checar se os assuntos priorizados de fato estavam alinhados ao interesse público e à Cidadania como um todo; “Fontes” e “Tipos de Fontes”, para verificar quem teve espaço de fala e focando em perceber se elas tiveram alguma função estratégica ou ideológica, priorizando determinados atores sociais em relação a outros; “Espaço para Fala de Representantes do MPL”, buscando ver se eles tiveram voz durante a cobertura e se lhes foi dada essa possibilidade; e, por fim, “Menção a Partidos Políticos nas Matérias”, com o objetivo de perceber quais partidos foram citados e se há alguma relação entre eles.

Na categoria “Matéria de Capa” foi possível confirmar que no primeiro mês da cobertura sobre as “Manifestações de Junho de 2013”, a Folha de S. Paulo de fato noticiou os acontecimentos sobre os protestos, porém, não deu tanta importância ao fato de que o MPL desempenhava um papel de mobilizador. A maioria das matérias que abordava o MPL, ou ao menos o citava, não recebeu espaço privilegiado no jornal, a capa. Das 64 matérias analisadas, em apenas 20 delas (31%) o Movimento recebeu espaço na primeira página. Inclusive, o primeiro ato das ruas que reuniu o maior número de pessoas, simultaneamente, em 12 capitais, ganhou espaço significativo, porém, o MPL não foi mencionado nem na primeira página, nem ao longo da principal reportagem sobre o assunto.

Outro ponto importante é que as primeiras matérias eram extremamente negativas e vinham acompanhadas de fotos de apelo espetacular negativo (fogo, confronto entre policiais e manifestantes etc.), sempre associando os atos ao vandalismo e à violência, conforme mostram as imagens abaixo.

Imagem 1 – Capa da Folha de S. Paulo



Imagem 2 - Capa da Folha de S. Paulo



Já na categoria “Elementos Gráficos” percebeu-se que houve uma preocupação do veículo em explicar os pontos questionados nas ruas, de forma clara. Houveram publicações sobre os históricos do MPL, lista com os principais protestos do dia e locais em que o trânsito ficaria interditado. A quantidade de mapas e infográficos também evidencia esse posicionamento do veículo. Em 57% das matérias houve ilustração por meio de fotos, 25% vieram acompanhadas por infográficos, 4% tiveram mapas ilustrativos e apenas 10% vieram sem esses tipos de recurso visual.

Percebemos, nitidamente, que em muitas matérias em que os temas tratados eram complexos, eles foram um bom recurso. O infográfico sobre os grupos de pressão, no processo de licitação do transporte coletivo, publicado na edição do dia 27 de junho é um



bom exemplo. Em contrapartida, ficou evidente também o uso estratégico das fotos de forma negativa. Em diversos momentos foram publicadas fotos focadas nos atos de vandalismo, de prédios depredados, de atos ilícitos, como roubo de lojas, entre outros exemplos.

Na categoria “Principais Temas Abordados” identificamos entre os assuntos mais trabalhados as relações entre “Protestos, PM, violência e vandalismo” (31%), “MPL” (22%), e “adesão e opinião da sociedade sobre os protestos” (18%). Ou seja, percebeu-se que a questão do confronto físico foi mais importante e mais noticiado do que a questão que motivou o início das manifestações que foi a “Tarifa do Transporte” (8%).

Quanto à categoria “Fontes”, um dado foi motivo de surpresa: a existência de algumas matérias sem fonte (11%), ou que no mínimo, não as trazia de forma explícita. De um modo geral, as reportagens apresentavam fontes, porém, de forma pouco plural. Foram encontradas matérias que traziam apenas uma e outras que chegavam a ter três, quatro fontes, no entanto, essas foram minoria. Essa constatação contraria o compromisso que a Folha de S. Paulo faz com o leitor, quando afirma editorialmente que faz um Jornalismo crítico e pluralista. Uma matéria sem fonte explícita ou com apenas um ‘lado’ do fato, não pode ser tida como plural e crítica.

Já na categoria “Tipos de Fonte”, percebemos que a maioria das fontes escolhidas pelo veículo foram classificadas como “Poder Público” (29%), “Sociedade Civil Organizada” (27%) e a própria “Sociedade Civil” (22%). Também foram encontradas matérias sem fonte e outras embasadas em relatórios e institutos de pesquisa, porém, essas foram minoria.

Na categoria “Espaço de Fala para Representantes do MPL”, percebemos que a maioria das matérias selecionadas cita o MPL, já que propomos este filtro, porém, não oferece espaço de fala para representantes do movimento. Em muitos casos, principalmente nas reportagens do final do mês, o MPL vai sendo apenas citado. Vale ressaltar que houveram espaços interessantes de fala em períodos em que os atos nas ruas estavam em seu ápice. Momentos que, inclusive, o movimento foi personagem central de matérias. No entanto, essa situação não foi maioria. Foram encontradas 21 matérias em que houve espaço de fala (33%), 38 publicações sem esse espaço (59%) e outros 5 textos em que as informações vieram de notas, panfletos e *fanpages* (8%).

Por fim, na categoria “Menção a Partidos Políticos nas Matérias”, identificamos um dos principais posicionamentos da Folha de S. Paulo com relação à cobertura das

“Manifestações de Junho de 2013”: a associação do MPL a partidos políticos de “esquerda”. A maioria das matérias em que o MPL aparece, mesmo que apenas sendo citado, há menção de partidos como PT, PSOL e PSTU.

Há inclusive outra matéria discutindo essa mesma ligação e fazendo um caminho histórico desse relacionamento (matéria “DNA Trotskista”, da edição do dia 27 de junho). Para essa construção de sentido, foram utilizados elementos gráficos, fontes, maior espaço, entre outros recursos estratégicos. Nesse momento, ficou claro que as notícias são construções e que não são isentas de valores.

Os veículos de comunicação trazem posicionamentos que, talvez por forças organizacionais, ideológicas ou econômicas acabam sendo incorporados na forma como os jornalistas produzem as informações que chegam até o cidadão. Por fim, vale ressaltar que foram encontradas menções a partidos em 59% das matérias, ou seja, mais da metade, contra 41% da ausência desse tipo de citação.

## **Análise II**

Na segunda e última etapa metodológica desta pesquisa analisamos o material com base nas categorias de enquadramento propostas por Porto (2001 e 2002), e finalizamos a averiguação com as subcategorias de valências. Dessa forma, fizemos inicialmente uma pesquisa quantitativa e, em seguida, uma qualitativa.

Antes de falar dos dados encontrados é preciso fazer uma ressalva importante. A pesquisa exploratória e a Análise de Conteúdo nos trouxeram alguns apontamentos importantes, mas nosso objetivo com essa terceira etapa é aprofundar ainda mais no posicionamento do veículo, percebendo como ele enquadrava o MPL. Assim, optamos por filtrar ainda mais o *corpus* e separamos apenas as matérias que dizem respeito ao Movimento Social em questão.

Das 64 matérias que mencionavam o MPL de algum modo, separamos apenas 17 textos. Foram excluídas as reportagens em que o movimento foi apenas citado, porque elas não contribuiriam para essa etapa da pesquisa, já que nosso objetivo era perceber quais os enquadramentos e valências foram utilizados justamente ao discuti-lo, e não apenas ao fazer menção a ele.

Iniciamos a averiguação com as subcategorias dos enquadramentos interpretativos. Das 17 matérias pesquisadas encontramos em 53% dos textos o formato restrito (apenas um tipo de interpretação do fato, evento, ação ou tema), em 23% o episódico (apenas o relato

do fato, evento, ação ou tema), 12% plural aberto (mais de uma interpretação e apresentadas sem ordem de hierarquia), e outros 12% plural-fechado (mais de um tipo de interpretação, porém, com uma delas recebendo espaço diferenciado, por meio da hierarquia das informações).

Os primeiros dois dados evidenciam que o compromisso que a Folha faz com o cidadão/leitor de ser crítico e plural pode ser questionado, já que matérias com enquadramentos restritos podem até trazer mais de uma fonte, mas no final só trazem um ponto de vista. Ou seja, na maioria das vezes em que o MPL foi abordado, não foi dada ao leitor a possibilidade de ter uma visão mais completa do que de fato é este MS e quais são suas metas e demandas.

Mauro Porto (2002) bem lembra que os enquadramentos interpretativos não são produções necessariamente intencionais do jornalista, como é no caso dos enquadramentos noticiosos, no entanto, ele ressalta que essa situação pode sim acontecer, porém, esse processo se dá de forma sutil e indireta.

Um bom exemplo dessa intervenção sutil e indireta é a matéria DNA trotskista, publicada no dia 27 de junho. Desde o título, a matéria já sugere uma construção negativa do MPL ao associá-lo às ideias do ucraniano Leon Trótskie e à postura radical comunista. Há mais de uma fonte, porém, todas compartilham de ideias semelhantes. A reportagem conta a história do movimento, mas faz isso associando-o a elementos de desaprovação como radicalismo, baderna, conflito e não há uma fonte sequer com posicionamento contrário. Abaixo seguem o título e o olho da matéria que já evidenciam os elementos de desaprovação e radicalismo.

**Imagem 3** – Título da matéria jornalística “DNA trotskista”



Assim como essa matéria, foram encontradas várias outras, como a “No MPL ‘Não pode ter cara de playboy’, diz estudante”, do dia 16; “Grupo mantém ato hoje na Paulista e diz lutar pela tarifa zero”, do dia 20 de junho; e “Passe Livre prega 'expropriação' do

transporte coletivo”, do dia 21, em que também há mais de uma fonte, porém, com a mesma posição.

Quanto aos enquadramentos noticiosos, encontramos em 50% das matérias a presença do formato centrado na personalidade (pessoa, instituição ou movimento social como centro), seguido pelos 35% do formato episódico (apenas um relato com características fortemente descritivas) e, por fim, 15% com formato temático (foco em um assunto). Isso evidencia que pelo menos na maioria das vezes em que o MPL foi discutido ele foi foco. No entanto, vale ressaltar que essa situação não implica necessariamente afirmar que ele tenha sido enquadrado em uma perspectiva positiva.

Também houveram muitas matérias em formato episódico. A partir da segunda quinzena começou-se a discutir menos o MPL e suas ações e o foco passou a ser o apoio que ele dava a outros movimentos, a participação dele na sabatina organizada pela Folha de S. Paulo e encontros pontuais, realizados por seus membros.

Ao discutir as valências das matérias, encontramos 53% de reportagens plurais, 35% negativas e apenas 12% positivas. Vale ressaltar que esse grupo de matérias plurais não se dedicou a construir a imagem do MPL nem positivamente nem negativamente, de forma que o posicionamento foi mais objetivo ou apenas tinha outros interesses.

Outro ponto que merece nossa atenção é a quantidade expressiva de matérias negativas. Acreditávamos, em um primeiro momento, que a Folha de São Paulo pudesse não dar tanto espaço ao MPL, já que esse é um Movimento Social Antiglobalização, mas já que decidiu noticiá-lo, não esperávamos que o posicionamento negativo seria tão explícito.

Ainda é válido destacar que a construção dessa valência negativa se deu também, entre outros recursos, por elementos gráficos como fotos de vandalismo, conflito com a polícia, pela narração da história do movimento de forma enviesada, entre outros recursos do tipo que já foram explicitados em categorias anteriores.

### **Considerações finais**

Iniciamos este artigo com o objetivo de averiguar até que ponto o a imprensa tradicional pôde contribuir para a construção e reafirmação da Cidadania, durante manifestações organizadas por Movimentos Sociais Antiglobalização. Tínhamos então a perspectiva de acompanhar a cobertura de um veículo de grande circulação e um dos mais tradicionais da imprensa brasileira, neste caso, escolhemos a Folha de S. Paulo, e ao mesmo

tempo, ter um exemplo de um MS Antiglobalização, trabalhamos então com o Movimento Passe Livre.

Em um primeiro momento, ao realizarmos a pesquisa exploratória, nossas hipóteses eram que:

- O veículo tentou, por meio da cobertura apresentada no caderno “Cotidiano”, associar o MPL a partidos de esquerda, com o objetivo de construir uma imagem negativa e enfraquecer os atos;
- A Folha de S. Paulo utilizou da notoriedade ocasionada pelo conhecimento e da autoridade de algumas fontes para solidificar seu discurso enviesado, norteado por interesses políticos e econômicos;
- O veículo não priorizou o interesse público ao oferecer poucas matérias plurais durante essa cobertura dos protestos. Ou seja, não serviu aos interesses do cidadão, conforme ele mesmo estabelece em sua linha editorial.

Após coletar o material, organizá-lo em categorias, e avaliá-lo à luz da teoria, apenas a primeira e a terceira hipótese se confirmaram. Percebemos na Análise de Conteúdo que a questão das fontes, por mais que tenha chamado atenção de alguma forma, não foi a prioritária. No entanto, essa hipótese nos atentou para a questão da pluralidade, que foi fundamental nas análises finais.

Assim, constatamos inicialmente que na maioria das matérias pesquisadas havia alguma menção a partidos políticos como PT, PSOL, PCO, PSTU e outros partidos que são considerados “de esquerda”. Ficou claro que por mais que não fosse um esforço consciente do veículo, a ideia de associar os organizadores dos primeiros protestos a adeptos da baderna, vandalismo e desorganização, esse foi um dos resultados da cobertura do primeiro mês.

Identificamos que as primeiras matérias de junho não se prestaram a explicar o sistema da tarifa do transporte coletivo, que era questão pertinente antes da ampliação da pauta dos protestos, mas sim utilizaram espaço editorial para contar a história do MPL de forma enviesada e negativa, afirmando que ele tinha vínculo com o PT ou que ele era formado por membros de partidos esquerdistas radicais. Inclusive, reportagens sobre o sistema de custos do transporte coletivo e os ideais que embasavam a “Tarifa Zero”, só foram pautas da metade do mês para frente.

Neste último ponto, fica claro o dilema entre o interesse público e os próprios valores-notícia do Jornalismo em determinados casos. Se analisássemos de acordo com a

primeira situação constataríamos que de fato a Folha cometeu deslizes em relação ao seu leitor, já que não priorizou a informação que contribuiria para a Cidadania e a tomada de decisão mais completa e consciente.

Por outro lado, se olharmos pelo ponto de vista dos valores-notícia, vamos perceber que, na verdade, o veículo apenas seguiu procedimentos comuns à rotina de produção. De forma que o inusitado (depredação, confronto com a polícia) e o factual naturalmente receberiam mais espaço do que discussões temáticas como os direitos do cidadão a elementos como saúde, educação, a importância da Sociedade Civil Organizada e dos Movimentos Sociais, etc.

Nesse ponto, vale à pena voltarmos em Traquina (2008), quando ele fala sobre a notícia enquanto produto. Segundo o autor, as notícias refletem o *ethos* do jornalista, mas também são modeladas por estruturas e processos, de forma que mesmo que a intenção seja falar sobre as preocupações gerais do cidadão, nem sempre é assim que procede. E, nesse caso, além das rotinas organizacionais de tempo e formação, o fator interesse e pressão dos valores da instituição jornalística acabou falando mais alto. Ou seja, as notícias realmente passavam informações, no entanto, carregadas de ideologias e posicionamentos específicos.

Percebíamos que a cobertura do primeiro mês das manifestações tinha o desejo de informar, porém, as relações de interesse acabaram sendo mais importantes. Identificamos, inclusive, que praticamente todas as matérias tinham recursos ilustrativos e informativos (fotos e infográficos), que no geral informavam, mas ao mesmo tempo ajudavam a construir uma imagem negativa do MPL.

Enfim, ficou claro que a mídia tradicional, tendo como base a Folha de São Paulo, contribuiu menos do que poderia com a Cidadania ao realizar uma cobertura das “Manifestações de Junho de 2013”, já que o veículo se comprometeu em ser plural, mas na verdade, trouxe um grupo significativo de reportagens no formato restrito, ou seja, só com um ponto de vista e outras construções de sentido que mais se prestaram a formar uma opinião específica do que a abrir um leque para que o leitor fosse protagonista nesse processo. Dessa forma, acabou não só não servindo a Cidadania como tinha potencial para fazer, mas também se abrindo para a possibilidade de lesar o seu leitor, que acompanhou os protestos por meio das páginas do veículo.

## Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, 2013.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. 2ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PORTO, M. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Sessão “Estratégias de Comunicação em Política: Teoria e Política” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições. Caxambu (MG), 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2ª Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

PINSKY, C. B.; PINSKY, J. **História da Cidadania**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2005.